

"Há avanços, mas persistem desafios" - Sansão Buque

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo 1º, preconiza que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direito. Embora esta frase tenha um poder simbólico inegável, só após 45 anos, em Viena, na Conferência sobre Direitos Humanos de 1993, é que foi proferida a célebre declaração “os direitos das mulheres são direitos humanos”.

Vale, porém, lembrar que o principal instrumento internacional acerca dos direitos das mulheres é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) de 1979, onde são lançadas as bases para uma agenda para o fim da discriminação contra a mulher, procurando pôr em evidência e travar as desigualdades estruturais entre mulher e homem. Em plena semana do Dia Internacional da Igualdade Feminina, celebrado a 26 de Agosto de cada ano, o Director Nacional Adjunto do Género no Ministério do Género, Criança e Acção Social dissertou, na antena nacional, sobre o estágio de implementação das Políticas e Estratégias para a Igualdade de Género em Moçambique. Em relação à temática, Sansão Buque explicou que, no âmbito do quadro político-legal no qual se alicerçam as acções que o sector do Género tem desenvolvido para o empoderamento da mulher moçambicana, há que destacar, a priori, a nossa Constituição da República que, de per si, revela a necessidade da efectivação da emancipação e igualdade entre homens e mulheres, no país. São prova dessa ambição os artigos 35 e 36 daquela Lei Suprema. Para melhor situarmos o leitor, consta do artigo 35 o princípio da universalidade e igualdade, segundo o qual “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política”. Já o artigo 36 sustem o Princípio da Igualdade de Género, à luz do qual “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. “Neste caso, a Lei - mãe acolhe a nossa preocupação como ministério de tutela, mas também a preocupação de todos os moçambicanos”, disse Buque, para quem é fundamental promover e efectivar, no terreno, a igualdade entre homens e mulheres. Além de se ter referido à Constituição da República de Moçambique como a que no mais alto nível defende o empoderamento e igualdade de género, o também sócio - economista que possui mais de quinze anos de experiência em trabalhos da 3ª Comissão ao nível das “Missões Permanentes de Moçambique Junto das Nações Unidas”, assegurou existirem outros instrumentos legais sectoriais vocacionados à busca da paridade nos diferentes domínios da sociedade. “Temos, por exemplo, a Política de Género e Estratégias da Sua Implementação, que está na sua segunda geração, aprovada em 2018 pelo Conselho de Ministros”, exemplificou Sansão Buque tendo esclarecido que esta política é composta por diferentes eixos de intervenção, abarcando quase todos os sectores ou áreas de actuação governamental. Mas cobre, igualmente, as intervenções do sector privado, da sociedade civil, incluindo as acções das instituições religiosas”. No eixo relativo à legislação, a fonte destacou aquilo que considera de grandes acontecimentos dignos de realce. A título de exemplo apontou o ano de 2020 no qual foi aprovado o Regulamento de Organização e Funcionamento dos Centros de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica. “Trata-se de centros que estão distribuídos um pouco por todo o país, mas podemos dizer que aqui ainda há um grande desafio, porque só temos um universo de 26 desses centros. Há necessidade de alarga-los. Temos províncias que ainda não possuem esses centros, sobretudo as províncias do Niassa, Cabo Delgado e Manica, e nesta última um está em fase de construção”, explicou. “Estes centros surgem no âmbito de um grande instrumento também aprovado pelo Governo, designado Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência Doméstica, que constitui um dos grandes exemplos ao nível da região da África, porque Moçambique é um dos poucos países a implementar um mecanismo igual. Este mecanismo é composto e operacionalizado por cinco ministérios: pelo MGCAS, pelo MISAU, pelo MJACR e pelo MINT, trabalhando com a polícia nas comunidades através deste último. Mas também trabalhamos com o IPAJ”, referiu Sansão Buque. O elogio que a fonte faz em relação ao país não é à toa, afinal no Ranking mundial sobre o Índice Global do Género, segundo o último relatório publicado recentemente no Fórum Económico Mundial, realizado em Davos, Suécia, dos 156 países analisados, Moçambique ocupa o 32.º lugar. Ao nível de toda África, nos 54 países, Moçambique ocupa a 5ª posição. Na África Austral, precisamente na SADC, o país posiciona-se no 3.º lugar, sendo apenas superado pela Namíbia e depois pela África do Sul. Ao nível da CPLP, estamos em segundo lugar, apenas superados por Portugal. Ainda no eixo da legislação, o interlocutor destacou igualmente que, no ano passado, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia de Género na Função Pública, cujo balanço do seu funcionamento ainda está a ser produzido, mas o certo é que se trata de um instrumento que visa chamar atenção do sector público para a necessidade de observação dos princípios de equidade e igualdade de género. Dentre vários outros eixos de intervenção da Política de Género e Estratégias da Sua Implementação, o orador referiu-se à área relativa ao acesso ao emprego e à terra, pelas mulheres. O sócio- economista considerou louvável a iniciativa ‘Meu Kit, meu emprego’ desenvolvido pelo Governo de Moçambique através da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego. “Falámos da Geração BIZ, mas também podemos falar de outras iniciativas juvenis que estão a ser levadas a cabo sobretudo pela actual Secretaria de Estado da Juventude e Emprego. Lá há vários programas e projectos de emprego, como é o caso de “Meu Kit, Meu emprego” e tantos outros que têm estado a contribuir para o empoderamento económico das mulheres, principalmente ao nível das zonas rurais, porque é lá onde devemos investir mais no empoderamento das raparigas.” “Podemos, também, destacar o acesso à terra sobretudo pelas mulheres. Só em 2020, foram atribuídos mais de um milhão, quinhentos e tal mil títulos de DUAT, dos quais, cerca de metade foram alocados às mulheres. “Nós sabemos que o acesso à terra traz efeitos multiplicadores nas rendas sobretudo nas rendas de famílias rurais. Dando às mulheres o direito de uso e aproveitamento de terra sobretudo para a prática da agricultura, nem que seja para a agricultura familiar, já é um passo positivo para o seu empoderamento nas zonas rurais. Este é um grande avanço daquilo que nós queremos atingir, olhando para as políticas do género internas e da região”, disse o igualmente Focal Point de Moçambique na Agenda de Protecção Social para África, liderada pelo Banco Mundial. Já na área ou eixo de governação, o MGCAS, particularmente o sector de Género, é também chamado a intervir para boas práticas de administração quer pelo Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, quer pela Agenda 20/63 de Desenvolvimento de África, assim como pelos Objectivos Sustentáveis. Um exemplo da correspondência a esses chamados, em 2020 foi inaugurado um novo modelo de governação no país, designadamente a governação descentralizada, modelo no qual se destaca a presença da figura do secretário de Estado, nas províncias. Dos onze secretários existentes, seis são do sexo feminino. “Além disso, no Conselho de Ministros,

por exemplo, estamos muito próximos da paridade que tanto se ambiciona: em 2020, 47% dos 21 ministros eram do sexo feminino; podemos, igualmente, destacar que ao nível do nosso Parlamento estamos com mais de 43% de representação feminina”, disse Buque sustentando, no entanto, que estes dados não nos devem, nem um pouco, remeter ao relaxamento. “Ainda temos muito por fazer”, comprometeu-se. Além de ter dito que temos défice de representação feminina, por exemplo, nas assembleias municipais, Buque sustentou que o sucesso de todo trabalho envidado por aquele pelouro não pode residir exclusivamente em questões numéricas, mas na qualidade do capital humano feminino que, a seu ver, não pode apenas ser vista sob ponto de vista de instrução académica, mas deve tomar em conta tantos outros aspectos e factores, como o mérito e competência. O orador terminou a sua comunicação referindo-se ao eixo da saúde, no qual destacou a componente dos direitos sexuais e reprodutivos. “Um dos grandes Programas que o país tem estado a desenvolver já há duas décadas é o Geração BiZ, que tem a ver com o empoderamento das raparigas e rapazes através da capacitação ou transmissão de informações sobre a saúde sexual e reprodutiva.” Para o orador, este programa reveste-se de uma importância tal, já que “ajuda os adolescentes, especialmente as raparigas, sobre quando ter vida sexual activa, em que momento devem procriar, em que momento devem desenvolver outro tipo de actividades que lhes garantam ter outras habilidades da vida, etc. Este programa tem sido expandido ao longo do nosso país.” Sansão António Buque, 57 anos, sócio economista de formação e Director Nacional Adjunto do Género no Ministério do Género, Criança e Acção Social, falava na última Quarta-feira ao programa Café da Manhã, da Rádio Moçambique, à margem das Políticas e Estratégias para a Igualdade de Género em Moçambique.